



Município de Arcos de Valdevez
Câmara Municipal

PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA ADJUDICAÇÃO:

Aquisição da Plataforma Colaborativa Geoportal Municipal

Valor base: 25.800,00 Euros

Caderno de Encargos

Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro
(Código dos Contratos Públicos)

Caderno de Encargos

CADERNO DE ENCARGOS	2
CAPÍTULO I – DISPOSIÇÕES GERAIS	2
Cláusula 1. ^a – Objeto	2
Cláusula 2. ^a – Contrato	2
Cláusula 3. ^a – Prazo	2
Cláusula 4. ^a – Dúvidas e esclarecimentos	3
Cláusula 5. ^a – Obrigações do fornecedor de bens	3
Cláusula 6. ^a – Prazo do fornecimento de bens	3
Cláusula 7. ^a – Objeto do dever de sigilo	3
Cláusula 8. ^a – Preço contratual	4
Cláusula 9. ^a – Condições de pagamento	4
CAPÍTULO III – GARANTIA DE CUMPRIMENTO	4
Cláusula 10. ^a – Garantia de cumprimentos contratual	4
CAPÍTULO IV – RESOLUÇÃO DE LITÍGIOS	4
Cláusula 11. ^a – Foro competente	4
CAPÍTULO V – DISPOSIÇÕES FINAIS	5
Cláusula 12. ^a – Subcontratação e cessão da posição contratual	5
Cláusula 13. ^a – Legislação aplicável	5
ANEXO A – CLÁUSULAS TÉCNICAS	6
Cláusula 1. ^a – Preço contratual base	6
Cláusula 2. ^a – Prazo de entrega dos bens	6
ANEXO B – CLÁUSULAS JURÍDICAS	6
Cláusula 1. ^a – Enquadramento técnico e legal	6
Cláusula 2. ^a – Objeto	6
Cláusula 3. ^a – Produção, normalização e avaliação da qualidade das bases de dados espaciais	7
Cláusula 4. ^a – Bases de dados e outros elementos a fornecer pelo Município de Arcos de Valdevez	7
Cláusula 5. ^a – Escalas de trabalho, das bases de dados espaciais	8
Cláusula 6. ^a – Sistema de Referência Espacial	8
Cláusula 7. ^a – A gestão de qualidade dos dados espaciais	8
Cláusula 8. ^a – Disponibilização das bases de dados espaciais produzida	8
Cláusula 9. ^a – Produtos intermédios	8
Cláusula 10. ^a – As finalidades do Sistema de Informação Territorial e Geoportal Municipal	8
Cláusula 11. ^a – As funcionalidades do Geoportal Municipal	9
Cláusula 12. ^a – Design	11
Cláusula 13. ^a – Ferramentas de interatividade	11
Cláusula 14. ^a – Segurança/gestão da informação	11
Cláusula 15. ^a – Fases e ações de desenvolvimento da plataforma WEBSIG	11
Cláusula 16. ^a – Apresentação da solução para a plataforma e de desenvolvimento das diversas fases	11
Cláusula 17. ^a – Meios humanos e técnicos	12
Cláusula 18. ^a – Experiência Profissional/Áreas a considerar	12
Cláusula 19. ^a – Fiscalização	12
Cláusula 20. ^a – Acompanhamento dos trabalhos	12
Cláusula 21. ^a – Plano de sustentabilidade do Sistema de Informação Territorial e Geoportal	12
Cláusula 22. ^a – Manutenção Corretiva	12

CADERNO DE ENCARGOS

CAPÍTULO I – DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula 1ª – Objeto

O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal **"AQUISIÇÃO DA PLATAFORMA COLABORATIVA GEOPORTAL MUNICIPAL"**, no âmbito do projeto E-Gov Alto Minho 2020: Arcos de Valdevez – Candidatura ao Programa Operacional Regional NORTE 2020 – Aviso nº NORTE-50-2016-12 (Promoção das TIC na Administração e Serviços Públicos).

Cláusula 2ª – Contrato

1. O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.
2. O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
 - a. Os suprimimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - b. Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
 - c. O presente Caderno de Encargos;
 - d. A proposta adjudicatária;
 - e. Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no nº 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101º desse mesmo diploma legal.

Cláusula 3ª – Prazo

- 1 – O contrato mantém-se em vigor até à conclusão dos fornecimentos em conformidade com os respetivos termos e condições, proposta do adjudicatário e o disposto na lei, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.

Cláusula 4.^a – Dúvidas e esclarecimentos

1. Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças de procedimento devem ser solicitados pelos interessados por escrito, no primeiro terço fixado para a apresentação das propostas.
2. Os esclarecimentos a que se refere o número anterior serão prestados por escrito, até ao dia anterior ao do termo do prazo de apresentação das propostas, conforme estipula o artigo 116.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro.

CAPÍTULO II – OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

SECÇÃO I – OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR DE BENS

SUBSECÇÃO I – DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula 5.^a – Obrigações do fornecedor de bens

As obrigações previstas na legislação aplicável, no Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais da celebração do contrato.

Cláusula 6.^a – Prazo do fornecimento de bens

O fornecedor obriga-se a efetuar a totalidade do fornecimento objeto do contrato até ao termo de prazo proposto, caso não seja efetuado antecipadamente.

SUBSECÇÃO II – OBJETO DO DEVER DE SIGILO

Cláusula 7.^a – Objeto do dever de sigilo

1. O fornecedor dos bens deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao Município de Arcos de Valdevez, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
3. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo fornecedor dos bens ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladores ou outras entidades administrativas competentes.

SUBSECÇÃO II – OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO DE ARCOS DE VALDEVEZ

Cláusula 8.^a – Preço contratual

1. Pelo fornecedor de bens objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, o Município de Arcos de Valdevez deve pagar ao fornecedor o preço constantes da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.
2. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao Município de Arcos de Valdevez.
- 3.

Cláusula 9.^a – Condições de pagamento

1. A quantia devida pelo Município de Arcos de Valdevez nos termos da cláusula anterior, deve ser paga no prazo de 60 dias após a receção pelo Município de Arcos de Valdevez das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após a realização do fornecimento, devendo ser emitida uma fatura por cada requisição efetuada pelo Município de Arcos de Valdevez ou de harmonia com a discriminação que venha a ser determinada.
2. Em caso de discordância, por parte do Município de Arcos de Valdevez, quanto aos valores indicados nas faturas, deve este comunicar ao fornecedor, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o fornecedor obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.
3. Desde que devidamente emitidas e observando o disposto no n.º 1, as faturas são pagas através de cheque ou de transferência bancária.

CAPÍTULO III – GARANTIA DE CUMPRIMENTO

Cláusula 10.^a – Garantia de cumprimentos contratual

1. O Município pode proceder à retenção de **10 %** do valor do pagamento a efetuar, sem necessidade de prévia decisão judicial ou arbitral, para satisfação de cumprimento defeituoso, incumprimento definitivo pelo fornecedor das obrigações contratuais ou legais ou para quaisquer outros efeitos especialmente previstos no contrato ou na lei.
2. Dada a natureza do contrato e o seu valor, é dispensada a prestação de caução pelo adjudicatário, de acordo com o n.º 2 do artigo 88.º do código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro.

CAPÍTULO IV – RESOLUÇÃO DE LITÍGIOS

Cláusula 11.^a – Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do tribunal administrativo e fiscal de Braga, com expressa renúncia a qualquer outro.

CAPÍTULO V – DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula 12.^a – Subcontratação e cessão da posição contratual

A subcontratação pelo fornecedor dos bens e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 13.^a – Legislação aplicável

A tudo o que não esteja especialmente previsto aplica-se o regime previsto no Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro (Código dos Contratos Públicos e demais legislação aplicável).

ANEXO A – CLÁUSULAS TÉCNICAS

Cláusula 1.^a – Preço contratual base

O preço contratual apresentado pelo concorrente contém todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao Município de Arcos de Valdevez, incluindo as despesas de carga no seu armazém/estaleiro, sendo o preço contratual máximo aceite de **25.800,00 € (Vinte e cinco mil e oitocentos euros)**, acrescido do IVA à taxa legal em vigor, se aplicável.

Cláusula 2.^a – Prazo de entrega dos bens

1. O prazo de entrega do objeto do fornecimento previsto no atual procedimento de ajuste direto é de **15 dias**.
2. Este prazo considera ainda a entrega de toda a documentação técnica que acompanha o objeto do fornecimento, a colocação do referido objeto em local próprio, o seu ensaio operacional bem como a formação básica necessária para o seu normal funcionamento e manutenção.

ANEXO B – CLÁUSULAS JURÍDICAS

Cláusula 1.^a – Enquadramento técnico e legal

O Sistema de Informação Territorial e Geoportal Municipal implicam o desenvolvimento de atividades sequenciais e coordenadas que implicam a aquisição de dados, estabelecimentos de procedimentos e instalação de Geoportal/aplicações WEBSIG.

O Geoportal Municipal é uma ferramenta integrada com capacidades de armazenamento, verificação, manipulação e edição de dados espaciais para operar em ambiente colaborativos de suporte à decisão técnica e política. A Geoportal Municipal visa responder às necessidades de gestão, disponibilização e partilha de informação geográfica, comunicação interna e externa, seja com o cidadão, investidores e outros parceiros da administração pública ou privada no quadro da formação de redes de trabalho e conhecimento. Além dos requisitos internos, a plataforma considera a interoperabilidade entre sistemas de informação da administração com uma elevada flexibilidade e escalabilidade e prevê a Lei que impõe a transcrição digital georreferenciada dos planos municipais de ordenamento do território.

Cláusula 2.^a – Objeto

1 - O objetivo do presente procedimento consiste na aquisição de serviços para o desenvolvimento de Sistema de Informação Territorial e Geoportal Municipal nos quais se incluem uma Plataforma WEBSIG de Gestão de Informação Municipal associadas à publicação e consultas dos IGT/PDM, emissão de plantas e gestão de processos urbanísticos associado ao cadastro de infraestruturas e gestão de taxas municipais.

2 - O objeto do contrato inclui as atividades:

1. de captura, modelação, transformação, catalogação, normalização e comunicação de dados espaciais de dados de referência e das bases de dados temáticas; dados por posicionamento e telemetria; imagens (fotogrametria e imagens de satélite); estações e sensores terrestres associados à estabilização do modelos de dados (INSPIRE), a criação de um catálogo de metadados e de propostas de procedimentos

de gestão, incluindo o registro de propriedade e economia intelectual por parte do Município sobre as bases de dados reunidas;

2. de reunião das bases de dados espaciais que serão para incluir, numa primeira fase, num sistema de informação geográfica desktop para publicar num fase seguinte no Geoportal Municipal;
3. da instalação de um SIT territorial com um geoportal único para todo o concelho em articulação com o SI institucional de suporte a aplicações e áreas de gestão para otimização de sistemas, operações e procedimentos de consulta, publicação e partilha de dados e serviços de dados em Geoportal de nível global, nacional ou regional;
4. da definição de âmbito, requisitos e especificação, desenvolvimento, instalação e experimentação e um plano de sustentabilidade do Geoportal Municipal;
5. das atividades e instrumentos de capacitação para os diversos utilizadores que vão operar, manter e continuar o Geoportal Municipal.

Cláusula 3.^a – Produção, normalização e avaliação da qualidade das bases de dados espaciais

Nesta fase importa estabelecer instrumentos e procedimentos de recolha, transformação e organização das base de dados pertinentes para o projeto nomeadamente para o funcionamento do Geoportal de referencia assim como, recolha da avaliação e gestão da qualidade das bases de dados espaciais.

Cláusula 4.^a – Bases de dados e outros elementos a fornecer pelo Município de Arcos de Valdevez

1 — É da responsabilidade da entidade adjudicante o fornecimento dos seguintes elementos de informação de base existente para o município:

a) Cartografia de referência:

- i. Ortofotomapas existentes do território municipal;
- ii. Cartografia de base à escala 1:25000 (25k) ou 1:10000 (10k) (ou outra que se entenda mais adequada) em ficheiros digitais do tipo associados a diversos formatos Sistemas de informação Geográfica (SIG), Computer Assisted Design (CAD) e Computer Assisted Mapping (CAM).
- iii. Carta de divisão administrativa (CAOP);
- iv. Dados estatísticos relativos aos elementos socioeconómicos indexadas ao nível da subsecção estatística (BGRI 2001 e 2011)
- v. Toponímia dos lugares, ruas e números de polícia.

b) Cartografia ou outras bases de dados temáticas (raster ou vetorial) disponível na Câmara Municipal, nomeadamente:

- i. Bases de dados espaciais finais dos Planos Municipais de Ordenamento do Território (PMOT) em vigor, nomeadamente Carta de ordenamento e Carta de condicionantes, bem como o respetivo regulamento;
- ii. Disponibilização de equipamentos e infraestruturas de natureza critica no funcionamento territorial associados ao Plano Municipal de Emergência e Proteção Civil (PMEPC).

c) Documentos

- i. Planos regionais e municipais, em particular os instrumentos de gestão territorial em vigor;
- ii. Outros documentos de natureza e opção estratégica considerados relevantes para estes trabalhos;
- iii.

Cláusula 5.^a – Escalas de trabalho, das bases de dados espaciais

1 — A escala de trabalho será a 1/10.000, ou excecionalmente outra, que se mostre mais adequada ao âmbito espacial dos estudos e propostas na sua relação com o planeamento e gestão municipal.

2 — Todos os dados espaciais devem ser modelados e representados considerando os modelos de dados desenvolvidos de acordo com a Diretiva INSPIRE;

Cláusula 6.^a – Sistema de Referência Espacial

1 — De modo a garantir a consistência interna dos dados, deverá ser adotado um sistema de referência espacial único, desta forma, os conjuntos de dados geográficos e os serviços de dados geográficos devem ser produzidos e/ou disponibilizados no seguinte sistema de referência: Portugal Continental — PT-TM06/ETRS89.

Cláusula 7.^a – A gestão de qualidade dos dados espaciais

1 — Todos os procedimentos referidos no caderno de encargos, têm de ser executadas de forma a garantir os elementos de qualidade e serviços dos dados.

2 — A qualidade temática deverá apontar índices adequados aos temas em análise de acordo com os valores definidos pelo normativo técnico vigente.

Cláusula 8.^a – Disponibilização das bases de dados espaciais produzida

1 — A informação relativa à cartografia e base cartográfica deverá ser fornecida nas extensões *.shp, geodatabase *.dgn ou *.dwg, complementadas com as respetivas tabelas e bases de dados nos formatos *.mdb e *.xls.

2 — O conjunto de base de dados com a informação geométrica e alfanumérica dos temas trabalhados (raster e vetorial) deve ser organizado de forma funcional em projetos SIG orientados para a operacionalização no âmbito das ações de gestão, promoção e visitação dos espaços protegidos e classificados compatíveis com diferentes *softwares*, nomeadamente *ArcGis*, *QuantumGis* e *Autodesk*.

Cláusula 9.^a – Produtos intermédios

Todos os produtos intermédios que resultam da recolha e processamentos dos dados existentes devem ser organizados e fornecidos aquando da entrega dos produtos finais à entidade.

Cláusula 10.^a – As finalidades do Sistema de Informação Territorial e Geoportal Municipal

A reunião de bases de dados geográficas descritivas dos centros urbanos permite a respetiva análise e suportam o planeamento, a monitorização, a promoção e a gestão da atividade económica para estes espaços. O desenvolvimento de Geoportal Municipal, a publicação e a partilha de dados geográficos visam:

- i. Descrever e monitorizar a realidade, o estado e as tendências da atividade económica para as unidades de análise e para o conjunto dos agentes económicos;
- ii. Apoiar o planeamento técnico e político estratégicos e a gestão operacional dos espaços urbanos, atividades económicas e imobiliárias à escala supra(municipal);
- iii. A promoção e a dinamização dos territórios, dos agentes e unidades económicas presentes;
- iv. Promover a comunicação, o estabelecimento e a dinamização com a partilha de dados entre utilizadores de interesse particular, sejam entre a administração e destes com os agentes económicos;

- v. A atratividade e promover informação a potenciais investidores e empreendedores para os centros urbanos mas também, garantir a comunicação espacial entre os agentes envolvidos nestes processos de forma ágil e confidencial;

Neste sentido, o **Sistema de Informação Territorial e Geoportal Municipal** deve permitir uma base de trabalho colaborativo em que o acesso diferenciado a diversos utilizadores internos e externos, deve:

- i. Garantir uma base de conhecimento comum a todas as iniciativas e instrumentos promotores da natureza transversal;
- ii. Desenvolver um elemento agregador e condutor das diversas iniciativas e fomentador de identidade, iniciativa e criatividade dos espaços urbanos, atividade económica e imobiliária;
- iii. Descrever e analisar a distribuição e a evolução da oferta e procura comercial nos centros urbanos e neste sentido assumir-se como elemento de observação e monitorização destes espaços e atividades;
- iv. Desenvolver, disponibilizar e partilhar conteúdos para utilizadores específicos, sejam agentes económicos, ou em particular na promoção conjunta de atividades e infraestruturas;
- v. Agilizar a partilha de dados e serviços com sistemas complementares internos e externos numa lógica do estabelecimento e gestão de redes de trabalho a nível regional e integração com os operadores a nível (inter)nacional.

O conhecimento e a monitorização da atividade económica nos centros urbanos apoiam o planeamento do mesmo, a animação do espaço, mas também a divulgação e a promoção com vantagens na atratividade e competitividade territorial.

Cláusula 11.^a – As funcionalidades do Geoportal Municipal

O Geoportal Municipal apresenta uma interface gráfica simples e fácil de utilizar, acessível a partir de um visualizador/geoportal e navegador web que apresenta como principais funcionalidades:

- i. Registrar, caracterizar e gerir diferentes perfis de utilizadores de administrador, editor ou utilizador final;
- ii. Consultar a informação descritiva e espacial sobre os diversos Planos e Instrumentos de Gestão Territorial (IGT) em vigor ou em participação pública;
- iii. Permitir operações de análise espacial de visualização, inquirição, distância e sobreposição aos temas e emissão de relatórios;
- iv. Implementação de um sistema de comunicação de forma a promover a troca de informação entre os municípios e outros utilizadores da plataforma com os técnicos internos da autarquia;
- v. Digitalização de elementos vetoriais que estabelecem a análise e os limites dos elementos pretendidos e selecionados, com a emissão dos respetivos relatórios;
- vi. Preparação e customização da emissão de plantas segundo formatos e layouts pré--definidos;
- vii. Disponibilização de (geo)referenciação de pedidos e emissão de licenças sujeitas a taxas municipais;
- viii. Suportar as operações de processamento automático de cartografia e base para potenciais aplicações de gestão de toponímia e números de polícia, recolha de resíduos, rede viária, infraestruturas, equipamentos coletivos e património municipal, processos e obras particulares (urbanização e licenciamento) entre outras áreas de competência do município;
- ix. Promover o desenvolvimento e a estruturação de sistemas de informação e apoio à decisão técnico-política com informação espacial coerente, pertinente e atualizada para a gestão territorial.

O Geoportal Municipal deve conter a disponibilização, o acesso e as funcionalidades de acesso a: i) Instrumentos de Gestão Territorial e Emissão de Plantas; A Lei n.º 56/2007 de 31 de Agosto, quarta alteração ao Decreto -Lei

n.º 380/99, de 22 de Setembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto -Lei n.º 53/2000, de 7 de Abril, pelo Decreto -Lei n.º 310/2003, de 10 de Dezembro, e pela Lei n.º 58/2005, de 29 de Dezembro, impondo a transcrição digital georreferenciada dos planos municipais de ordenamento do território;

- i. Esta aplicação inclui diversas operações de digitalização, recuperação, validação e publicação do Plano Municipal de Ordenamento do Território bem como acesso diferenciado a todas as peças escritas e desenhadas e algumas operações de análise e modelação espacial, de acordo com os perfis de utilizadores internos externos.
- ii. Desta forma visa-se disponibilizar sobre os dados de referência todos os elementos associados à Carta de ordenamento e Regulamento dos Planos Municipais de Ordenamento do Território assim como os Planos de Pormenor e os Planos de Urbanização. A aplicação, além das funcionalidades indicadas para o geoportal pretende-se:
- iii. consulta da informação sobre o PDM com a Carta de Condicionantes e Ordenamento e respetivo regulamento para cada local selecionado;
- iv. permitir as operações de análise espacial de inquirição, distância e sobreposição aos temas e emissão de relatórios;
- v. promover a comunicação entre os municípios e outros utilizadores com os técnicos e internos à autarquia;
- vi. registo das consultas realizadas;
- vii. gestão dos pedidos de consulta e de comunicação entre os agentes de acordo com o nível de prioridade e perfil dos utilizadores.
- viii. emissão de plantas.
- ix. A emissão de plantas deverá estar de acordo com layouts pré-definidos de forma a permitir a customização e permitir a publicação em formato digital (PDF), bem como a manutenção do histórico dos processos. A preparação e emissão de plantas de forma normalizada exige a comunicação em partilha de dados entre elementos internos.

Neste sentido a aplicação permite: I a digitalização dos elementos vetoriais que estabelecem os limites dos elementos (pontos, linhas ou parcelas) selecionados; ii) registo das impressões realizadas para utilizadores registados (histórico); iii) preparação e customização da emissão de plantas segundo layouts pré-definidos, formatos e customizados.

Ao nível de planeamento e gestão ligados a processos e atos administrativos da competência municipal evidenciam-se as: operações de loteamento, as urbanizações e obras particulares, os licenciamentos urbanos e industriais entre outros processos relacionados com uso e ocupação de solo.

A Geoportal Municipal, além das funcionalidades gerais indicadas deve possibilitar também a:

- i. pesquisa por coordenadas, topónimo ou morada;
- ii. pesquisas alfanuméricas (nome, n.º do processo, tipo de licenciamento);
- iii. permitir as operações de análise espacial de inquirição, distância e sobreposição;
- iv. análise e pesquisa sobre o histórico das licenças emitidas;

- v. edição da informação (ponto, linha e/ou polígono), de acordo com as tipologias de processos existentes;
- vi. registo das pretensões de licenciamento;
- vii. análise e gestão dos pareceres emitidos por outras entidades e para a envolvente;
- viii. emissão dos relatórios, incluindo a planta de localização, relativos à licença de construção, em layouts customizados em formato A4 e A3 (Horizontal e vertical);
- ix. sistema de comunicação via email para o técnico responsável e munícipe, a indicar prazo de levantamento ou caducidade dos documentos (podendo ser reguláveis os intervalos de comunicação);
- x. integração com o software de gestão documental implementado no município, possibilitando a integração de documentação existente relativa a esta temática;
- xi. upload de temas de informação pré-definida a integrar no sistema.

Cláusula 12.^a – Design

O Geoportal Municipal devere ser proposta de acordo com a imagem institucional de Município de Arcos de Valdevez elaborada com recursos a ortofotomapas da área do Município de Arcos de Valdevez, bem como um conjunto de dados vetoriais de base (Edificado, rede viária, hidrografia, e outros temas contextuais de relevância).

Cláusula 13.^a – Ferramentas de interatividade

A plataforma WEBSIG devere ser interativa e dinâmica de forma a que o utilizador possa efetuar diversas consultas simples e complexas no que diz respeito à distribuição espacial da atividade comercial, nas freguesias do território do Município de Arcos de Valdevez.

Cláusula 14.^a – Segurança/gestão da informação

Ao longo do trabalho e o funcionamento do Geoportal devem prever a criação de cópias de segurança periódicas, garantindo a segurança e fiabilidade da informação.

Cláusula 15.^a – Fases e ações de desenvolvimento da plataforma WEBSIG

A proposta de desenvolvimento do Sistema de Informação Territorial e Geoportal Municipal devere considerar as seguintes fases e ações:

- i. A requisição e a especificação do Sistema de Informação Territorial e Geoportal Municipal; desenvolvimento da definição de âmbito espacial, temático, temporal e organizacional de suporte junto dos decisores e técnicos responsáveis/indicados para estabelecer o funcionamento e alcance do sistema;
- ii. O desenvolvimento, implementação e manutenção do Sistema de Informação Territorial e Geoportal Municipal de garantia de recolha, tratamento, planeamento, gestão de dados e comunicação entre os agentes presentes no projeto e na gestão ativa dos espaços protegidos e classificados;

Cláusula 16.^a – Apresentação da solução para a plataforma e de desenvolvimento das diversas fases

A apresentação da solução para o Sistema de Informação Territorial e Geoportal Municipal e o desenvolvimento das diversas fases deve considerar:

- i. Uma apresentação detalhada da solução da arquitetura lógica e física do Geoportal Municipal com uma descrição clara das funcionalidades e tecnologias a incluir;

- ii. Uma explicitação dos princípios de práticas preconizadas para cada uma das diferentes fases de desenvolvimento da plataforma com respeito e concordância pela programação considerada para o projeto e respetivas ações;
- iii. Uma proposta de desenvolvimento iterativo e colaborativa que garanta a inclusão e acompanhamento dos utilizadores finais no desenvolvimento da plataforma.

Cláusula 17.^a – Meios humanos e técnicos

1 — A entidade adjudicatária deve empregar comprovadamente no projeto pessoal experiente e com competências nas diferentes tarefas a executar e deve usar técnicas, equipamentos e materiais que sejam capazes de garantir para os produtos as precisões e requisitos especificados.

2 — O objeto da prestação de serviços do caderno de encargos deverá obrigatoriamente ser efetuada por entidades cuja declaração para o exercício de atividades de produção de cartografia topográfica ou temática de base topográfica tenha sido aceite pelo Instituto Geográfico Português.

Cláusula 18.^a – Experiência Profissional/Áreas a considerar

A equipa técnica deverá demonstrar uma sólida formação científica e técnica assim como experiência profissional relevante nas seguintes áreas de: Engenharia, Análise e Gestão de Sistemas, Sistemas de Informação e Comunicação, Sistemas de Informação Geográfica (SIG), Governança e Gestão Territorial; Desenvolvimento local.

Cláusula 19.^a – Fiscalização

A entidade adjudicante, ou quem ela credenciar para o efeito, poderá inspecionar o trabalho em curso em qualquer altura, assim como exigir relatórios escritos com as técnicas, equipamentos e pessoal empregues no projeto.

Cláusula 20.^a – Acompanhamento dos trabalhos

1 — A entidade adjudicante indicará uma equipa, a qual ficará responsável pelo acompanhamento dos trabalhos, nomeadamente na sua vertente técnica, assim como o respetivo elemento de ligação.

2 — A entidade adjudicatária deverá propor uma planificação, a qual deverá prever a realização de 10 reuniões de acompanhamento, das quais deverá lavrar as respetivas atas.

3 — Sem prejuízo das reuniões previstas no plano de acompanhamento apresentado, a entidade adjudicatária deverá garantir o número de sessões de trabalho de campo necessário à boa prossecução dos trabalhos e a participação em reuniões no Município de Arcos de Valdevez.

Cláusula 21.^a – Plano de sustentabilidade do Sistema de Informação Territorial e Geoportal

1 - Os trabalhos incluem o desenvolvimento de um plano de sustentabilidade e de implementação de rotinas e monitorização da plataforma.

2 - O plano de sustentabilidade do sistema incluem o desenvolvimento de um plano de expansão, manutenção e monitorização do sistema de informação.

Cláusula 22.^a – Manutenção Corretiva

Manutenção corretiva aplicacional e correção de erros pelo período de 24 meses que corresponde a:

1. Garantia do conhecimento contínuo da aplicação.
2. Reparação de qualquer implementação defeituosa do software aplicacional relativamente às especificações.
3. Inclui o direito à instalação de upgrades;
4. Reporte de erros aplicacionais e acompanhamento do estado da sua resolução.

Arcos de Valdevez, 16 de junho de 2017.

O Presidente da Câmara,

(Dr. João Manuel do Amaral Esteves)